

## Violência do Estado ao magistério no Paraná e mais de cem anos de solidão do magistério Brasileiro<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo retrata uma modulação específica de violência, a do Estado contra os profissionais da educação. Violência que se tornou absolutamente visível em 29 de abril de 2015, com um massacre ocorrido em praça pública, executado por policiais militares sob ordens de um governante, contra a categoria do magistério em greve. Para além da faceta visível sobre violência física, escrutinamos outras formas de violências que compõem o cenário em pauta, revelando um sistema organizado para, também, na desqualificação docente, impor limites à qualidade da educação das novas gerações, em especial, aos mais desprovidos materialmente, perpetuando desigualdades sociais, em uma bem articulada opção de classe.

**Palavras-chave:** Estado; Violência; Educação; Profissionais do Magistério.

### **Julia Siqueira da Rocha**

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Consultora educacional da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

Brasil

jsiqueiradarocha@gmail.com

### **Tatiana Pires Escobar**

Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora do Estado do Paraná.

Brasil

tatiana.escobar@hotmail.com

### **Ione Ribeiro Valle**

Pós-doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Brasil

ione.valle@ufsc.br

---

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa Educação escolar, justiça social e memória docente: as múltiplas faces das desigualdades escolares em Santa Catarina do Laboratório de pesquisas sociológicas Pierre Bourdieu (LAPSB), da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; com apoio do CNPq.

## State violence to teaching in Paraná and over one hundred years of solitude of the Brazilian teaching

### Abstract

The present article portrays a specific modulation of violence, the one perpetrated by the state against the education professionals. Violence which become absolutely evident in April 29th 2015, with a massacre held in public square, executed by military police under command from a ruler, against teaching category members on strike. Going beyond the visible face of physical violence, we scrutinize other violence forms composing this scenario, unveiling an organized system that, also in the teaching disqualification, imposes limits on the new generations education quality, in special to those economically challenged, perpetuating social inequalities, in a well articulated choice of classes.

**Keywords:** State; Violence; Education; Teaching Professionals.

### Para citar este artigo:

ROCHA, Julia Siqueira da; ESCOBAR, Tatiana Pires; VALLE, Ione Ribeiro. Violência do Estado ao magistério no Paraná e mais de cem anos de solidão do magistério Brasileiro. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 16, n.32, p. 35 - 57, set./dez. 2015.

**DOI: 10.5965/1984724616322015035**

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724616322015035>

## Violência, poder e autoridade

Ao tratarmos de violências é imprescindível perspectivar a polissemia e a amplitude do conceito, que aponta para a difícil delimitação do objeto de estudo, exigindo que se perceba sua realização no espaço social, ampliando o escopo de significações sempre vinculado a uma dada realidade, como aponta Rocha (2010). Neste sentido, ao recortarmos a violência exercida pelo Estado para com uma categoria profissional, estaremos elegendo a combinação entre poder, autoridade e violências. Combinação bem analisada nas contribuições da filósofa Hannah Arendt (1994), em que alerta que apesar de ser comum sua associação, "não significam o mesmo, e distingui-los não é apenas uma questão de linguagem imprecisa; é no desvelamento destas noções que se pode sair da cegueira quanto às realidades que elas correspondem" (ARENDR, 1994, p. 36).

Assim, o poder corresponde à habilidade humana, não apenas para agir, mas para agir em consenso. "O poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido" (ARENDR, 1994, p. 36). Já a autoridade pode ser investida em pessoas ou em cargos e postos hierárquicos, mas "sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pedem que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias" (ARENDR, 1994, p. 37). A autora explicita, ainda, que:

[...] violência distingue-se de todos estes termos por seu caráter instrumental, pois fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras formas e ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo. (ARENDR, 1994, p. 37)

Segundo a autora, politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violências não são o mesmo.

Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas,

deixada a seu próprio curso, ela conduz à desapareção do poder. Isto implica ser incorreto pensar o oposto de violência como a não-violência; falar de um poder não violento é redundante. (ARENDR, 1994, p. 44)

A confusão entre poder e violências faz com que as violências não sejam analisadas por elas mesmas, pois nem as violências nem o poder são fenômenos naturais, eles pertencem ao âmbito dos negócios humanos, “cuja qualidade essencialmente humana é a garantia pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo” (ARENDR, 1994, p. 60).

O dia 29 de abril de 2015 foi marcado por uma série de violências, efetuadas pela Polícia Militar do Estado do Paraná, contra os profissionais do magistério que estavam em greve. Por meio de diversas matérias jornalísticas que documentaram os acontecimentos, reconstruiremos os fatos, para com o aporte teórico-metodológico da sociologia, escrutinarmos entre o aparente, a violência física e outras violências nem sempre tão visíveis para a população em geral. Neste sentido, com este artigo analisaremos uma modulação<sup>2</sup> específica de violência, a violência do Estado para com os profissionais do Magistério e, com a análise, pretendemos demonstrar seu prolongamento temporal e consequências que atingem toda sociedade brasileira.

A opção de utilizar matérias jornalísticas, para caracterizar os fatos do massacre, nos possibilita mobilizar a estratégia metodológica da análise documental. A pesquisa documental que se torna um processo decisivo nas pesquisas das ciências sociais e de outras ciências humanas, traz fontes que são referências no fazer das pesquisas científicas e, inúmeras vezes, base das investigações.

Para Saint-Georges (1997, p. 30), “a pesquisa documental apresenta-se como método de recolha e de verificação de dados; visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não, e, a esse título, faz parte integrante da heurística da investigação”. Assim, para além dos textos jornalísticos, aos quais estamos atentos sobre a filiação interessada, tanto ao âmbito do governo, quanto ao âmbito sindical, vamos incorporar resultados de pesquisas científicas sobre a condição dos profissionais da educação no

---

<sup>2</sup> Por modulação de violências compreendem-se formas conhecidas de violência que se atualizam em significado e sentido frente aos agentes e campos específicos em que ocorrem.

Brasil. Com este acervo, mobilizaremos as teorias dos sociólogos Pierre Bourdieu (2004) e François Dubet (2014) para caracterizar injustiças no mundo do trabalho e formas específicas de violências que envolvem a relação do Estado e dos profissionais do magistério, incidindo, diretamente, sobre a qualidade da educação escolar pública para as novas gerações.

### Contexto da greve dos professores do Paraná: dos primeiros momentos até o massacre no centro cívico<sup>3</sup>

Nunca se sabe, com exatidão, onde começa o desvalor de uma categoria profissional, mas na greve em foco, o clima de tensão entre governo e docentes teve seu início assim que Beto Richa<sup>4</sup> assumiu seu segundo mandato como governador do Estado do Paraná. No primeiro mês do ano de 2015, o governador anunciou uma série de medidas impopulares prejudicando, diretamente, o funcionalismo e, por conseguinte, toda a organização escolar que já estava desenhada para atender as demandas do ano letivo que se iniciaria em fevereiro. Dentre estas deliberações, destaca-se o fechamento de inúmeras turmas do Ensino fundamental, do Ensino Técnico e da Educação de Jovens e Adultos; cancelamento de todas as aulas que haviam sido distribuídas em dezembro de 2014; mudança de porte das escolas e dispensa dos agentes profissionais I e agentes profissionais II<sup>5</sup> contratados via processo seletivo simplificado (PSS) no final do ano de 2014.

O ápice do descontentamento ocorreu com a apresentação do Projeto de Lei nº 514/2014 e, posteriormente, com os Projetos de Lei Complementar nº 06/2015 e nº 60/2015,

---

<sup>3</sup> Esta parte do texto foi escrita a partir de uma pesquisa realizada em reportagens e boletins informativos sobre a greve. Damos preferência para canais que possuem maior repercussão dentro do Estado do Paraná e entre professores do respectivo Estado, entre elas: Boletins Informativos da APP; Jornal *online* G1-Paraná; e Jornal Gazeta do Povo. As fontes completas estão todas expostas nas referências deste trabalho.

<sup>4</sup> Carlos Alberto Richa - mais conhecido como Beto Richa, atual governador do Paraná - encontra-se em seu segundo mandato como chefe do estado. O primeiro mandato data de 2011 a 2014 e o segundo teve início em 1º de janeiro de 2015. Em ambas as eleições, Beto Richa venceu no primeiro turno.

<sup>5</sup> No Estado do Paraná, os profissionais responsáveis pelos serviços gerais das escolas são denominados como agentes profissionais I, aqueles que prestam serviços no campo da administração escolar são referenciados “agentes profissionais II”.

popularizados como “pacote de maldades<sup>6</sup>”. Entre as propostas apresentadas nos documentos, encontrava-se o corte de gratificações pagas aos servidores do magistério, fim das liberações para mestrado e doutorado, fim da indexação do auxílio-transporte e fim da aposentadoria integral, entre outros. (, BETO RICHA, 2015b; APP SINDICATO, 2015; PARANÁ, 2015)

Pautados pela iminência da perda de seus direitos e por uma série de outras questões – como atraso de pagamentos de salários e benefícios, 100% dos professores deflagraram o que veio a ser a primeira etapa<sup>7</sup> da greve, que acabou se tornando a maior paralisação dos últimos 20 anos no Paraná. (JUSTI, 2015)

Em um primeiro momento, como forma de manifestação, cerca de cinco mil professores montaram acampamento em frente à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). No segundo dia do movimento, aproximadamente 10 mil grevistas invadiram a Casa do Povo, mostrando a insatisfação frente à aprovação de uma comissão para votar o “pacote de maldades”. Em 12 de fevereiro, professores e funcionários bloquearam todas as entradas da ALEP, para que o “pacote de maldades” não fosse votado pela citada comissão. Mesmo assim, escoltados por policiais e dentro de camburões, os deputados adentraram a Assembleia e os manifestantes foram recebidos com bombas de efeito moral, balas de borracha e gás de pimenta, em uma tentativa, do Estado, de coibir a ocupação da ALEP. As cenas deste dia tiveram forte repercussão e as imagens foram veiculadas pelos grandes canais de comunicação<sup>8</sup>. Diante da pressão, a sessão foi suspensa e, em alguns dias, o “pacote de maldades” foi retirado. ( O POVO, 2015)

A retirada dos Projetos de Lei nº 06/2015 e nº 60/2015 pelo governo do Estado foi considerada a primeira vitória do movimento. No entanto, apenas em reunião no dia 19 de fevereiro, entre a direção da Associação dos Professores do Paraná (APP Sindicato) e o secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, os governantes firmaram em Carta

---

<sup>6</sup> O termo começou a se popularizar em 2014, e os registros mais antigos foram encontrados em APRA (VEJA, 2014) e Carazzai (2014).

<sup>7</sup> O primeiro dia do movimento foi datado em 9 de fevereiro de 2015, organizado para ser o primeiro dia letivo do referido ano.

<sup>8</sup> Rede RPC de notícias e RIC TV, entre outras.

Compromisso da não retirada de nenhum direito dos servidores, além de debater com a categoria qualquer proposta de alteração na Previdência. Este dia também ficou marcado pela mobilização de cerca de 100 mil pessoas entre elas, pais, estudantes e trabalhadores dos diversos setores do Estado do Paraná, tanto na capital como em outras regiões. (O POVO, 2015c)

A denominada Carta Compromisso assinada pelo governador Beto Richa, e a resolução da maior parte das demandas exigidas pelo funcionalismo, juntamente com a pressão judicial exigindo retorno imediato às salas de aula, levou ao fim da greve e início da instauração do estado de greve, em 12 de março de 2015. (CRONOLOGIA, 2015)

O estado de greve foi marcado por inúmeras ações, diálogo com pais e alunos, carta de agradecimento à comunidade escolar e comunidade em geral, pelo apoio também expresso em 19 de fevereiro, com o uso contínuo de bonés, camisetas e broches fazendo referência ao movimento político, fortalecimento das comissões escolares e dos conselhos regionais. No entanto, o descumprimento da Carta Compromisso, principalmente em relação à inexistência de amplo diálogo com os trabalhadores da educação, sobre a mudança no Projeto de Lei da Previdência, motivou a segunda etapa da greve, que teve início em 27 de abril de 2015. Apesar de estabelecida uma multa diária de R\$ 40 mil pelo desembargador Luiz Mateus de Lima, caso os professores não retornassem às salas de aula, e multa de R\$ 500,00 por dia ao presidente da APP Sindicato, Hermes Leão Silva, a greve não foi suspensa. Antes, ainda, obteve uma maior repercussão diante das ações punitivas do Estado. (CRONOLOGIA, 2015; O POVO, 2015c)

Proibidos de acompanhar, no dia 29 de abril, a sessão do Legislativo que discutia a proposta de lei da Previdência, professores foram atacados pela Polícia Militar, a mando do Governo do Estado, protagonizando um massacre que marcou a história recente da educação do Paraná e que ficou conhecida, popularmente, como a “Batalha do Centro Cívico (CRONOLOGIA, 2015). Outro termo que se popularizou para o evento é o "Massacre do Centro Cívico", este segundo termo é o que adotaremos e se constituirá como objeto de estudo deste artigo, por entendermos que no dia 29 de abril não houve batalha, uma vez que, esta exige o emprego de força da outra parte, a própria origem latina do termo *batt(u)alia*, enseja o combate, a luta. E massacre se refere ao ato de

violentamente ferir, matar em grande quantidade, em massa. Se não houve mortes físicas neste dia, outras mortes simbólicas da educação se fizeram presente como vamos desvelar.

### No massacre do centro cívico, a visibilidade dos resquícios das ditaduras nunca extirpadas, por completo, no Sul do mundo

Ao fim do seu grito aconteceu uma coisa que não lhe produziu espanto, mas uma espécie de alucinação. O capitão deu a ordem de fogo e quatorze ninhos de metralhadoras responderam imediatamente. Mas tudo parecia uma farsa. Era como se as metralhadoras estivessem carregadas com fogos de artifício, porque se escutava o seu resfolegante matraquear e se viam as suas cusparadas incandescentes, mas não se percebia a mais leve reação, nem uma voz, nem sequer um suspiro, entre a multidão compacta que parecia petrificada por uma invulnerabilidade instantânea. De repente, de um lado da estação, um grito de morte quebrou o encantamento: “Aaaai, minha mãe”. Uma força sísmica, uma respiração vulcânica, um rugido de cataclisma, arrebetaram no centro da multidão com uma descomunal potência expansiva, enquanto a mãe e o outro eram absorvidos pela multidão centrifugada pelo pânico. (MÁRQUEZ, 1971, p. 269-270).

Proibidos de se aproximar da Assembleia Legislativa por grades e um cordão humano de 1.500 policiais, a maioria deslocados de batalhões do interior e sem garantia de pagamento de suas diárias, restou aos manifestantes fazer o caminho de volta, diante da intensa repressão policial que se iniciou. Eles voltavam correndo em direção à avenida Cândido de Abreu, a principal via de ligação com o Centro Cívico. Não estavam sozinhos, muitos vinham carregando, como feridos da guerra campal, pelos braços e pernas, manifestantes desacordados e feridos [...] A série de explosões começou a ser ouvida pouco antes das três da tarde. Quem estava a distâncias que chegavam a seis quilômetros, por exemplo, conseguia ter uma ideia clara de que as coisas no Centro Cívico, a praça dos três poderes do Paraná (mais a Prefeitura de Curitiba), não estavam para brincadeira. Os estrondos eram resultado da ação violenta de policiais militares contra servidores públicos, a maioria professores da rede estadual [...]. No final da tarde, sabia-se que houve pelo menos 107 feridos – dois policiais e 105 servidores. O placar medonho retrata um verdadeiro massacre. (VALLE, 2015)

No primeiro texto, temos o excerto da obra *Cem anos de solidão*, na qual Gabriel García Márquez recria ficcionalmente, porém baseado em fatos históricos, o massacre contra trabalhadores, ocorrido em Aracataca na Colômbia, em 6 de dezembro de 1928, como demonstra o trabalho de Delamuta, Engel e Adoue (2007). No segundo texto, temos a descrição do jornalista Dimitri do Valle, testemunha que viveu o massacre ocorrido no dia 29 de abril de 2015 no Paraná, Brasil.

Para além da temporalidade, local e contexto que separam os dois massacres, é necessário observar o que lhes une: o direito, historicamente conquistado pelos trabalhadores, de protestar contra toda forma de privilégios que geram injustiças, e a negação deste direito, que no limite, ao matar, como no primeiro caso, e ferir fisicamente na segunda situação, comunica o desvalor de certos humanos na cena social. Decorridos 226 anos após a Revolução Francesa, principal marco histórico, social e político em que se instituem os governos legitimados constitucionalmente, inibindo formas de privilégios oriundos de nascimento, o que é perceptível são as bárbaras formas de manutenção de privilégios sociais e, em específico, o sistema articulado para desqualificar a educação das massas que estão nas escolas públicas. No Brasil, os 20 anos de ditadura militar, que durou de 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1985, interromperam o incipiente processo democrático e marcaram toda sorte de relações sociais, mas sem dúvida, efeitos nefastos no sistema educacional são sentidos até hoje, 35 anos após o seu fim.

A presença de 1.500 policiais armados com bombas de gás, balas de borracha, armaduras, helicópteros e cachorros *pitbulls* denotam a autoritária e ignóbil tática ditatorial do governo em pleno século XXI, ao rechaçar os profissionais da educação retirando-lhes direitos elementares, tais como: o de manifestação, o de ir e vir e o de fazer greve. Passados dois meses dos fatos e com repercussão internacional negativa para a atuação do governo de Beto Richa, as tentativas de imputar exclusivamente à polícia a desastrosa ação já não são mais possíveis:

Todas as ações foram tomadas seguindo o Plano de Operações elaborado, o qual foi aprovado pelo escalão superior da SESP, tendo inclusive o Senhor Secretário participado de diversas fases do planejamento, bem como é importante ressaltar que no desenrolar dos

fatos o Senhor Secretário de Segurança Pública era informado dos desdobramentos. (Ex-comandante geral da PM-PR, Cesar Vinícius Kogut em carta, assinada por 16 dos 19 coronéis da ativa da PM). (RIBEIRO, 2015)

A queda do comando da polícia militar, do secretário de segurança e do secretário da educação, após o massacre do dia 29 de abril só desvela, mais claramente, o jogo político que violenta não apenas os profissionais encurralados e feridos, mas toda uma nação num de seus direitos fundamentais, qual seja, o de acesso à educação de qualidade. Como num jogo de xadrez e não podendo dispensar 1.500 peões, era hora de sacrificar o cavalo e as torres, mantendo-se o rei. Por outro lado, torturar por estar cumprindo ordens, é algo bem analisado desde o julgamento de Eichmann na obra de Hannah Arendt (1994) e não inocenta ninguém. A polícia no Brasil é uma das mais violentas do mundo<sup>9</sup>, traço vincular a um país de profundas desigualdades sociais. A formação e orientação destes profissionais da segurança pública são de guerrilha, e não é ao acaso, são estes trabalhadores que fazem o enfrentamento das muitas guerras que há em cada esquina<sup>10</sup>, por todo Brasil. Longe de ser uma organização de proteção da vida, as polícias são órgãos de defesa patrimonial e garantia da perversa ordem que estratifica as classes, encarcerando e eliminando os mais desvalidos<sup>11</sup>.

Esta atuação de guerrilha da polícia, remanescente do período ditatorial, é indevidamente tolerada em diversas circunstâncias e repercutiu, internacionalmente, porque desta vez se voltou contra pessoas com postos de trabalho assegurados, profissionais da educação que estavam num processo legítimo de luta por manutenção de direitos trabalhistas. Mas há que se assinalar sua periodicidade no Brasil em comunidades, em que os moradores, marcados por injustiça social, não acessam a escolarização de qualidade e muito menos a postos de trabalhos formais.

---

<sup>9</sup> Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014) em 2013, ao menos seis pessoas foram mortas por dia nas mãos de policiais. Os agentes brasileiros mataram, em cinco anos, 11.197 pessoas, enterrando mais vítimas que as polícias norte-americanas em três décadas.

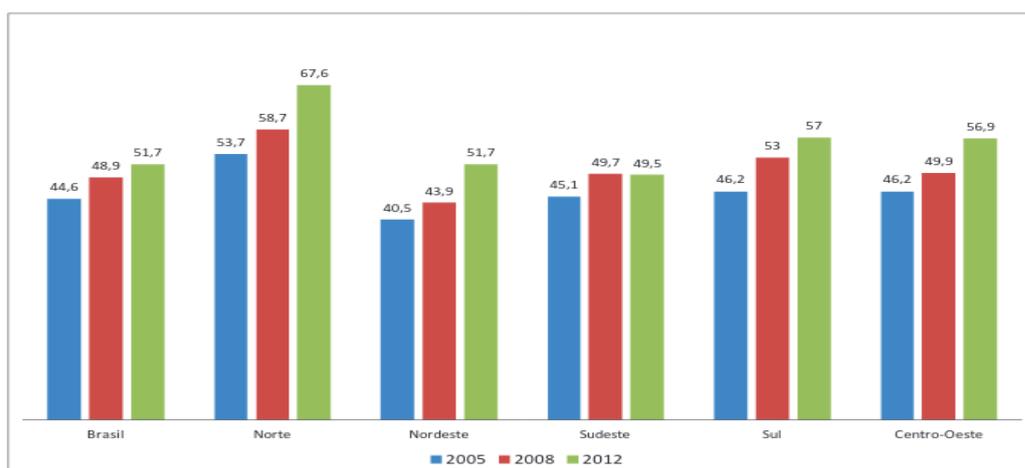
<sup>10</sup> O estudo citado na nota anterior mostra que 56,12% dos homicídios no Brasil estão relacionadas ao tráfico de drogas e a taxa de crimes para cada 100.000 habitantes é de 26,6%.

<sup>11</sup> Ainda pelos dados informados no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014), o número de pessoas encarceradas no Brasil atingiu 574.207, das quais 61,7% são negros ou pardos. Este percentual destes grupos étnicos sobe para 68% quando se trata de vítimas de homicídios.

A realidade é que a ação do governo do Paraná, no dia 29 de abril, compõe um conjunto articulado de inúmeras violências contra o direito fundamental à educação de qualidade que se estende por todo Brasil. A negligência dos poderes constituídos, federal, estadual e municipal em relação ao alcance pleno das novas gerações à educação escolar de qualidade é histórica e se compõe de inúmeros aspectos. Ao recortarmos, em específico para este artigo, a desvalorização profissional, vamos demonstrar a negligência na formação inicial e continuada que tende a ser desqualificada ou insuficiente, o excessivo número de alunos por sala, a atuação profissional cotidiana em ambientes degradados fisicamente, o péssimo clima escolar e, em especial, a desvalorização – violência – mais visível, que incide em salários desproporcionais frente aos demais funcionários públicos com a mesma exigência de escolaridade. Estes são elementos que vamos tangenciar para analisar os desdobramentos sociais que culminam em massacrar física e moralmente profissionais da educação em praça pública.

### O óbvio tem que ser dito: quanto ganha um professor da educação básica no Brasil?

De acordo com o Relatório de Observação nº 5 – Desigualdades na escolarização do Brasil, elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (BRASIL, 2014), ainda é significativa a diferença salarial da categoria docente em relação aos outros profissionais com o mesmo nível de escolaridade. Apesar da lei do Piso Salarial, sancionada em 2008, ter suavizado a questão desta diferença, ela ainda não resolveu esta distinção como demonstra o gráfico abaixo.



Fonte: Todos pela Educação a partir da PNAD/IBGE.

Gráfico 1 - Percentual do salário dos profissionais do magistério por ano no Brasil e por região em relação aos demais trabalhadores de nível superior

O gráfico acima representa a diferença entre o rendimento médio dos professores da educação básica em relação ao rendimento dos demais profissionais e suas alterações ao longo dos anos 2005, 2008 e 2012. Observa-se uma melhora salarial sensível, contudo, no melhor dos quadros (região norte/2012), o profissional da educação recebe o equivalente a 67,6% do salário dos outros trabalhadores com ensino superior. Cabe ressaltar que o sul e o sudeste figuram como as regiões mais ricas do Brasil e de fato possuem índices de desenvolvimento acima das demais regiões, no entanto, há um abismo salarial dos seus professores em relação aos outros profissionais.

O Estado do Paraná, palco do massacre de 29 de abril, não foge a este fato. O agente profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo do Paraná (QPPE-PR), cuja exigência mínima para investidura no cargo é o título de graduação, assim como dos profissionais que compõem o Quadro Próprio do Magistério (QPM-PR), recebem aproximadamente 61% a mais do que professores em início de carreira.

**Vigência: 01/05/2014**

<b>Cargo: Agente Profissional</b>		
<b>Classe III</b>	<b>Classe II</b>	<b>Classe I</b>
3.194,45	5.130,18	8.238,91
3.306,25	5.309,74	8.527,26
3.421,98	5.495,58	8.825,73
3.541,75	5.687,92	9.134,62
3.665,70	5.887,00	9.454,33
3.794,00	6.093,04	9.785,22
3.926,79	6.306,30	10.127,71
4.064,22	6.527,02	10.482,19
4.206,47	6.755,47	10.849,05
4.353,72	6.991,91	11.228,78
4.506,08	7.236,62	11.621,78
4.663,80	7.489,91	12.028,55

**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO E REMUNERAÇÃO - QPM**

JORNADA 20 HORAS	CLASSES										
NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
NÍVEL III	2.643,78	2.775,97	2.914,76	3.060,50	3.213,52	3.374,21	3.542,92	3.720,06	3.906,07	4.101,37	4.306,43
NÍVEL II / G7	1.545,76	1.623,06	1.704,20	1.789,42	1.878,88	1.972,82	2.071,47	2.175,04	2.283,80	2.397,99	2.517,88
NÍVEL I / F6 INGRESSO	1.236,61	1.298,44	1.363,36	1.431,53	1.503,11	1.578,26	1.657,17	1.740,04	1.827,04	1.918,39	2.014,30

AUXÍLIO TRANSPORTE 24% DO NÍVEL I - CLASSE 5 (ART. 26) : 360,74

Tabelas 1 - Vencimento básico e remuneração dos servidores públicos do Estado do Paraná.  
 Fonte: Dados retirados do site oficial do governo <<http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/>>.

A carga horária para profissionais do QPPE é de 40 horas, com exceção à carreira médica, já aos docentes é oferecido, para entrada, um padrão de 20 horas. É possível argumentar que, caso houvesse a dobra de padrão, a diferença no início das carreiras não seria tão alta, porém, a injustiça salarial permaneceria até o seu final, quando docentes prestes a se aposentar, após 30 anos de trabalho para os homens e 25 anos de trabalho para as mulheres, receberiam, em média, um terço a menos em contraposição aos outros profissionais com o mesmo nível de escolaridade.

As injustiças no mundo do trabalho, analisadas por Dubet (2014) e outros autores, explicitam que o sentimento de (in)justiça é concebido no campo do trabalho, vinculado à justiça distributiva, que por sua vez está relacionada ao mérito. Assim, o trabalhador refere-se ao que é justo, avaliando e medindo as adequações entre o que contribui e as retribuições que pode tirar dessa relação. O trabalho é visto como uma forma de sacrifício

que é trocado por um valor positivo, o dinheiro e, neste sentido, o mérito também possui um valor moral. As contribuições dos profissionais da educação, como se pode avaliar, estão perfeitamente desqualificadas, pois educar as novas gerações nas escolas públicas, aquela que atende as massas, é algo de pouca importância frente a outros trabalhos com a mesma exigência de formação num mesmo Estado. Os salários nada equitativos materializam, efetivamente, esta condição e tornam, neste cenário, o professor um profissional de segunda categoria.

Esta realidade se estende para todo o país, obrigando os profissionais da educação a desenvolverem várias táticas<sup>12</sup> para sobreviverem, dentre elas destacamos o que aponta os estudos desenvolvidos por Alves e Pinto (2011), que identificaram que 266 mil professores da educação básica do país possuem uma segunda ocupação fora do ensino, um "bico". Alguns dos mais frequentes "bicos" dos docentes são os de vendedores em lojas e os de funcionários em serviços de embelezamento. Os professores com segunda ocupação representam 10,5% do magistério nacional, índice bem acima dos demais brasileiros com postos formais de trabalho, pois nestes casos apenas 3,5% têm duas ocupações.

As injustiças vividas pelos profissionais da educação traduzem o que François Dubet (2014) percebeu como um complexo íntimo, que por um lado paralisa e por outro mobiliza os envolvidos na busca de melhores condições, como o movimento de greve em pauta demonstra.

Ainda que as injustiças sejam definidas por categorias normativas, elas são também experiências subjetivas, sentimentos e emoções que participam da formação, às vezes da destruição, dos sujeitos, pelo abatimento, pela cólera, pelo desligamento. A violência das emoções provocadas pelas injustiças não deve deixar pensar que os indivíduos não estejam em condições de se protegerem, pois eles nunca são totalmente definidos por seu trabalho, pelo poder e pelo olhar dos outros. As experiências das injustiças podem ser concebidas como o encontro dos julgamentos de justiça e dos sujeitos singulares e como um debate interior entre o 'eu' social e um 'eu' reflexivo, ainda mais reflexivo

---

<sup>12</sup> Na perspectiva de Michel De Certeau, na obra *A invenção do cotidiano*, é a arte de fazer. (1996)

quando o sujeito não se considera como puramente social e não quer ser invadido pelas injustiças que encontra. (DUBET, 2014, p. 316)

Estas experiências de injustiça estão no cotidiano dos profissionais do magistério e se materializam de muitas formas para além dos salários, como poderemos confirmar na sequência deste artigo.

### O cotidiano docente e a qualidade da educação

Na Educação Básica, 51% dos professores atuam em dois turnos e 19% deles fazem jornada tripla, sendo que muitos exercem docência em mais de um estabelecimento de ensino, o que exige, em média, 3 horas de deslocamento, seja de casa para o trabalho ou entre as escolas. Circulando entre muitas escolas e turnos para conseguir sobreviver, os profissionais acabam por atuar em áreas para as quais não estão aptos, e 50% dos professores brasileiros não têm formação didática para todas as matérias que ensinam. A média de atividades semanais relacionadas ao trabalho é de 59 horas, deste total de horas, 50% correspondem a trabalho em sala de aula (Brasil, 2014).

A regulamentação de número de alunos por sala de aula é realizada em cada Estado no Brasil, e a tendência nacional é de 25 alunos no ensino fundamental e 35 no ensino médio por turma, mas até a data da greve dos professores do Paraná, o Estado ainda não havia feito sua regulamentação. Embora houvesse um projeto de lei requerendo a redução desde 2005, o legislativo, numa série de manobras, o impediram de se concretizar, como mostra uma das notícias deste longo embate.

Muitos dos deputados que votaram para que o Projeto de Lei nº 486/2005, de autoria da deputada Luciana Rafagnin (PT), fosse transformado em lei, hoje (14/02/2011) votaram contra a proposta que defendiam no passado. Na sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Paraná, o painel eletrônico registrou que apenas 14 dos 54 deputados foram favoráveis à rediscussão deste PL que previa a implementação

gradual do número de alunos por sala de aula nas escolas da rede pública estadual. (APP SINDICATO, 2011).<sup>13</sup>

Numa sanha de racionalidade administrativa, o que se observa é o fechamento de escolas e a junção de turmas, produzindo a desqualificação do processo ensino e aprendizagem. Do ponto de vista da condição de trabalho, o que se impõe é uma forma exploratória que obriga os professores a atuarem em muitas escolas com superlotação por sala de aula, isto agregado aos diversos turnos trabalhados e em diferentes escolas, faz com que um profissional possa ter 300, 400 ou 500 alunos.

Lecionar numa escola é uma atividade que exige atuação individual e coletiva. Para desenvolver o Projeto Político Pedagógico, que organiza objetivos e metas da educação a ser desenvolvida em um estabelecimento escolar, é necessário planejar, propor, pesquisar e avaliar no coletivo, algo que os dados acima tornam impossível. No âmbito individual, o trabalho também não está fixo em ministrar aulas, é necessário pesquisar, corrigir, propor, organizar planejadamente as pautas interacionais, que conduzem uma aula para uma determinada turma de alunos.

A carga excessiva de trabalho torna-se mais árdua por serem desenvolvidas em ambientes degradados, como aponta o estudo intitulado *Uma escala para medir a infraestrutura escolar*, realizado pelos pesquisadores Soares Neto et al. (2013). Este estudo destaca que 44% das instituições de educação básica contam, apenas, com água encanada, sanitário, energia elétrica, esgoto e cozinha, em sua infraestrutura. E um dado bastante significativo é o de que menos de 1% (somente 0,6%) das escolas brasileiras têm infraestrutura próxima da ideal para o ensino, ou seja, têm biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com deficiência.

Se o ambiente físico está degradado, o clima escolar nas redes públicas de educação revela assédio horizontal, que se caracteriza por exposição a situações

---

<sup>13</sup> Destaca-se novamente que Beto Richa assumiu seu primeiro mandato como governador do Paraná em janeiro de 2011.

constrangedoras, estressantes, humilhantes e inoportunas, que podem vir por colegas, estudantes e pais.

A vítima é hostilizada com investidas, provocações, violência, agressões, atos desrespeitosos, atos ilegais e piadas de forma a caracterizar alta nocividade no ambiente de trabalho. Os atos praticados quase sempre têm o intuito de prejudicar, pressionar ou desestabilizar a vítima (CESSAR, 2009, p. 1)

O estudo de Rocha (2010), sobre violências nas escolas, demonstra que os profissionais estão fragilizados e sem apoio. Além de vivenciarem violências entre pares, sofrem desde furto, ameaças de morte até graves espancamentos. A circunstância de isolamento das escolas, no trato das violências, impõe, para muitos professores, a condição de reféns:

Alguns alunos possuem comportamentos violentos tão complexos, que de fato os profissionais se sentem reféns de mãos atadas, tendo pouca condição de ação, ao menos de forma isolada, pois a mesma seria inócua. Somente uma atuação em rede com serviços de assistência social, justiça, saúde e a própria escola, junto à família e ao adolescente poderiam ajudar a alterar esses quadros mais complexos. (ROCHA, 2010, p. 150)

O estudo aponta, ainda, que sem apoio, tendem a buscar soluções judicializando os conflitos, prestando queixa em Delegacia de polícia e, na falta de resolução, os profissionais respondem, muitas vezes, às violências sofridas, com isolamento no contato com os discentes, falta de intervenção e silenciamento frente a indisciplinas cotidianas e, no limiar, também respondem com violência física. Posturas estas que aviltam as condições vinculares para que os processos de ensino e aprendizagem ocorram a contento. São as injustiças do mundo do trabalho sentidas e repassadas, que alimentam as desigualdades sociais.

## Da violência simbólica ao massacre em praça pública

O conjunto das condições apontadas para o exercício do magistério nas redes públicas de educação explicitam violências concretas e, paradoxalmente, produzem o que Bourdieu (2004) denominou de violência simbólica, que se trata de uma amarga realidade que atua diretamente sobre processos de (des)profissionalização, que indevidamente se atribui em isolamento personificado a cada profissional. Não seria falso, diante deste quadro, afirmar que o sistema de ensino brasileiro é marcado para ser desqualificado, ainda que sua manutenção ocorra em diversas gestões governamentais, sua condição é histórica. Um fator inequívoco para esta análise pode ser verificado pela comparação entre a exigência de formação e os díspares salários, por exemplo, entre os profissionais do magistério e de outros profissionais estaduais, como os profissionais de justiça, ou profissionais das assembleias legislativas. Analisando as injustiças no mundo do trabalho, Dubet (2014) afirma que:

O reconhecimento não é um ser, mas um processo, ele aparece primeiramente de forma negativa, menos como um sentimento de plenitude que como uma negação [...] queremos ser reconhecidos porque somos iguais a todos os outros, e a falta de reconhecimento deriva portanto do desprezo e da desigualdade. (DUBET, 2014, p. 317)

Assim, o reconhecimento ou a sua falta integram as violências simbólicas, e para entender melhor esta afirmação, é mister compreendermos o que são as violências simbólicas. Importa-nos saber que são uma forma de coação, apoiada no reconhecimento de uma imposição determinada, seja ela econômica, social ou simbólica.

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significação e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 25)

É característica da violência simbólica sua aplicabilidade em via institucional, sempre apoiada no efeito autoridade. A violência simbólica atua de forma sutil,

naturalizando as relações dominantes e se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se posicionar no campo social, seguindo critérios e padrões do discurso dominante.

Devido ao conhecimento do discurso dominante, as violências simbólicas são manifestação deste conhecimento, por meio do reconhecimento e da legitimidade deste discurso. Assim, a violência simbólica é o meio de exercício do poder simbólico. A raiz desta violência estaria presente nos símbolos e signos culturais, especialmente no reconhecimento tácito da autoridade por certas pessoas e grupos. As violências simbólicas nem sempre são percebidas como violências, mas como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que passa a ser naturalizado. Esse fato desvela uma forma de “consentimento”, de compartilhamento de quem sofre, originário da forma como se estabelecem essas relações, ou seja, está presente na estrutura interna do campo social<sup>14</sup> em que as pessoas estão inseridas.

Ao lermos sobre as condições cotidianas dos profissionais do magistério público no Brasil, que não é nova, ao contrário, vem absorvendo pequenas melhorias, é de se perguntar como esta estrutura se sustenta e, em nosso recorte, dois mecanismos perversos começam a se sobressair, o primeiro, é atribuir ao profissional incompetência pessoal, sem promover a estrutura necessária e sem avaliar as reais condições em que se dá seu labor, e o segundo, quando faz com que o trabalhador sinta, ser sua, a responsabilidade pelos eventos acontecidos, caracterizando a violência, que é denominada assédio moral ambiental.

O empregador coloca em xeque a autoestima do empregado, a confiança em seu trabalho e sua competência. Esse passa a acreditar que é o causador dos problemas, que executa um péssimo trabalho, sem serventia a qualquer um. Algumas vezes sente-se perseguido e isolado. É comum o empregado assediado pedir demissão, aposentar-se, afastar-se para tratamento por problemas psicológicos, psiquiátricos ou lançar-se

---

<sup>14</sup> Campo, em ciências sociais, designa um espaço limitado, reservado a determinadas operações ou dotado de certas propriedades. O espaço social se compõe de uma pluralidade de campos autônomos, sendo que cada um define modos específicos de dominação e estabelece suas próprias regras. Pequenos mundos correspondendo a certos compartimentos da sociedade: campo universitário; campo jornalístico; campo literário; entre outros. (ver Bourdieu, 2004)

às drogas. A depressão é apenas uma das consequências do assédio moral ambiental. (CESSAR, 2009, p. 1)

Se esta forma de violência está materializada, como demonstramos em baixos salários, ambientes físicos degradados, péssimo clima escolar, triplas jornadas e número excessivo de alunos, o que mais faltaria acontecer aos profissionais do magistério? Apanhar em praça pública, poderia dizer alguém em tom de galhofa. Pois não falta mais, ao enviar as tropas da polícia para bater nos professores, o Estado materializa e publiciza o desvalor dos profissionais da educação, desvalor já sentido todos os dias para quem fez da educação sua profissão, mas acima de tudo, o Estado caracteriza o desvalor da educação das novas gerações, numa delineada opção de classe, uma vez que, num país marcado por profundas desigualdades sociais, os frequentadores das escolas públicas não estão entre os que possuem as melhores condições materiais, ou melhores combinações dos capitais econômicos, culturais, sociais<sup>15</sup>.

Numa atualização dos processos ditatoriais, o que se observa é o autoritarismo no lugar da democracia, é a subversão dos direitos traduzidos em pseudorracionalidade administrativa, é o executivo e legislativo a serviço da perpetuação das desigualdades sociais em pleno século XXI, que com menos máscaras se materializam no Massacre do Centro Cívico. Para além da esperança, seguimos estudando, pesquisando, denunciando, escrevendo e ensinando, para que os romancistas das novas gerações, ao recontarem esta história, o façam sem encontrar fatos paralelos em seu tempo histórico.

## Referências

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino Rezende. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. In: **Cadernos de Pesquisa**. v. 14, n. 143, maio/ago. 2011. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a14v41n143.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a14v41n143.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

---

<sup>15</sup> Nos termos de Pierre Bourdieu (2004), o capital econômico (renda, salários, imóveis), o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), o capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) e, por fim, mas não por ordem de importância, o capital simbólico (o que vulgarmente chamamos prestígio e/ou honra).

Violência do Estado ao magistério no Paraná e mais de cem anos de solidão do magistério Brasileiro  
Julia Siqueira da Rocha - Tatiana Pires Escobar - Ione Ribeiro Valle

APP SINDICATO. **Assembleia vota contra escola pública:** não reduz alunos por sala. 2011. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=5269>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Relume-Dulmará, 1994.  
BETO Richa (PSDB) propõe destruição das carreiras dos(as) educadores(as) **APP- Informa**, n. 1, 06 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/publicacoes.aspx>>. Acesso em: 16 jul. 2015b.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social . **As desigualdades na escolarização no Brasil:** relatório de observação no 5. Brasília:CDES, 2014.

CARAZZAI, Estelita Hass. Em aperto financeiro: Richa aumenta impostos no Paraná. **Folha de São Paulo**, 10 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560174-em-aperto-financeiro-richa-aumenta-impostos-no-parana.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CESSAR, Vólia Bonfim. Professores sofrem violência sem medida. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 set. 2009. Disponível em: <[http://www.educacionista.org.br/jornal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=4025&Itemid=28](http://www.educacionista.org.br/jornal/index.php?option=com_content&task=view&id=4025&Itemid=28)>. Acesso em: 16 mar. 2010.

CRONOLOGIA. Relembre os principais fatos que marcaram o embate entre professores e governo do Paraná. **Gazeta do Povo**. 08 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cronologia-bxyes24fyo4r7knblzc9uzrut>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

DELAMUTA, Karen García; ENGEL; Priscila; ADOUE, Silvia Beatriz. Cem anos de solidão e o massacre de Aracatata. **Revista Espaço Acadêmico**, ano VII, n. 74, p.6 , jul./2007.

DUBET, François. **Injustiças:** a experiência das desigualdades no trabalho. 1. ed. Tradução de Ione Ribeiro Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário de segurança pública.** Ano 8, 2014. Disponível em:

Violência do Estado ao magistério no Paraná e mais de cem anos de solidão do magistério Brasileiro  
Julia Siqueira da Rocha - Tatiana Pires Escobar - Ione Ribeiro Valle

<[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/11/politica/1415743765\\_903135.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/11/politica/1415743765_903135.html)>. Acesso em: 29 jun. 2015.

JUSTI, Adriana. Greve de professores e funcionários estaduais entra no 2º dia no Paraná. **G1: Paraná RPC**, 10 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/02/ua.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **Cem anos de solidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Sabiá, 1971.

O POVO na Casa do Povo. **APP- Informa**, nº5, 12 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/publicacoes.aspx>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

PARANÁ. **Projeto de Lei nº 5114/14**: Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Paraná. Fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que tratam os incisos 14 e 15 do artigo 40 da Constituição Federal e dá outras Providências. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2015. Autor Deputado Valdir Rossoni Poder Executivo.

PARANÁ. **Projeto de Lei Complementar nº 6/2015**: institui, no âmbito do Estado do Paraná, o regime de previdência complementar do que trata o artigo 40ss 14 e 15 da Constituição Federal e dá outras Providências. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2015. Autor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: Ademar Traiano Poder Executivo.

RIBEIRO, Diego. Coronéis da PM mandam carta a Richa repudiando declarações de Francischini. **Gazeta do Povo**, 06 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/coroneis-da-pm-mandam-carta-a-richa-repudiando-declaracoes-de-francischini/>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

ROCHA, Julia Siqueira da. **Violência nas escolas**: da banalização do mal à banalização da pedagogia. Florianópolis: Insular, 2010.

SAINT-GEORGES, P. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político. In: ALBARELLO, L.; DIGNEFFE, F.; HIERNAUX, J-P.; RUQUOY, D.; SAINT-GEORGES, P. **Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOARES NETO, Joaquim José; JESUS, Gislene Ribeiro de; KARINO, Camila Akemi; ANDRADE, Dalton Francisco de. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

VALLE, Dimitri do. Jornalista de Curitiba revela detalhes do massacre de 29 de abril. **Pragmatismo Político**, 30 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/jornalista-de-curitiba-revela-detalhes-do-massacre-de-29-de-abril.html>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

VEJA, como votaram os parlamentares paranaenses dia 9/12: “pacote de maldades”. Local: APRA – Associação de Praças do Estado do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://www.aprapr.org.br/2014/12/11/veja-como-votaram-os-parlamentares-paranaenses-dia-9-12-pacote-de-maldades/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

SAINT-GEORGES, P. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político. In: ALBARELLO, L.; DIGNEFFE, F.; HIERNAUX, J-P.; RUQUOY, D.; SAINT-GEORGES, P. **Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOARES NETO, Joaquim José; JESUS, Girlene Ribeiro de; KARINO, Camila Akemi; ANDRADE, Dalton Francisco de. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

VALLE, Dimitri do. Jornalista de Curitiba revela detalhes do massacre de 29 de abril. **Pragmatismo Político**, 30 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/jornalista-de-curitiba-revela-detalhes-do-massacre-de-29-de-abril.html>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

Recebido em: 10/08/2015

Aprovado em: 14/09/2015

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
**Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED**

Revista PerCursos

Volume 16 - Número 32 - Ano 2015

revistapercursos@gmail.com